

LEI Nº 11.776, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008.

Conversão da MPv nº 434, de 2008

Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, cria as Carreiras de Oficial de Inteligência, Oficial Técnico de Inteligência, Agente de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência e dá outras providências; e revoga dispositivos das Leis nºs 9.651, de 27 de maio de 1998, 11.233, de 22 de dezembro de 2005, e 11.292, de 26 de abril de 2006, e as Leis nºs 10.862, de 20 de abril de 2004, e 11.362, de 19 de outubro de 2006.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Âmbito de Abrangência

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN e sobre a criação das Carreiras de Oficial de Inteligência, Oficial Técnico de Inteligência, Agente de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência, no âmbito do Quadro de Pessoal da ABIN.

CAPÍTULO II

Carreiras e Cargos da ABIN

Art. 2º Fica estruturado o Plano de Carreiras e Cargos da ABIN, composto pelas seguintes Carreiras e cargos:

I - de nível superior:

- a) Carreira de Oficial de Inteligência, composta pelo cargo de Oficial de Inteligência; e
- b) Carreira de Oficial Técnico de Inteligência, composta pelo cargo de Oficial Técnico de Inteligência;

II - de nível intermediário:

- a) Carreira de Agente de Inteligência, composta pelo cargo de Agente de Inteligência; e
- b) Carreira de Agente Técnico de Inteligência, composta pelo cargo de Agente Técnico de Inteligência;

III - cargos de provimento efetivo, de níveis superior e intermediário do Grupo Informações, de que trata o inciso I do caput do art. 2º da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004, do Quadro de Pessoal da ABIN; e

IV - cargos de provimento efetivo, de níveis superior, intermediário e auxiliar do Grupo Apoio, de que trata o inciso II do caput do art. 2º da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004, do Quadro de Pessoal da ABIN.

Parágrafo único. Os cargos a que se refere o caput deste artigo são de provimento efetivo e regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 3º Os cargos de nível superior, intermediário e auxiliar do Plano de Carreiras e Cargos da ABIN são

agrupados em classes e padrões, conforme estabelecido no Anexo I desta Lei.

§ 1º Os atuais cargos, ocupados e vagos, de Analista de Informações, de que trata a Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004, passam a denominar-se Oficial de Inteligência e a integrar a Carreira de que trata a alínea a do inciso I do caput do art. 2º desta Lei.

§ 2º Os atuais cargos, ocupados e vagos, de Assistente de Informações, de que trata a Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004, passam a denominar-se Agente de Inteligência e a integrar a Carreira de que trata a alínea a do inciso II do caput do art. 2º desta Lei.

§ 3º A alteração de denominação dos cargos referidos nos §§ 1º e 2º deste artigo não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação ao cargo e às atribuições desenvolvidas pelos seus titulares.

§ 4º Os cargos de nível superior do Grupo Informações do Quadro de Pessoal da ABIN vagos em 5 de junho de 2008 são transformados em cargos de Oficial Técnico de Inteligência, e os cargos de nível intermediário do Grupo Informações do Quadro de Pessoal da ABIN vagos em 5 de junho de 2008 são transformados em cargos de Agente Técnico de Inteligência.

§ 5º Os cargos de nível superior, intermediário e auxiliar do Grupo Apoio do Quadro de Pessoal da ABIN serão extintos quando vagos.

Art. 3º-A. Os titulares do cargo efetivo de nível superior de Instrutor de Informações do Grupo Informações possuidores do Curso de Informações Categoria A da extinta Escola Nacional de Informações - EsNI ou do Curso de Aperfeiçoamento em Inteligência do extinto Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos - CEFARH ou de curso equivalente da Escola de Inteligência, titulado como Analista de Informações, em função da formação específica de que é possuidor, passam a integrar a Carreira de que trata a alínea a do inciso I do caput do art. 2º desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.277, de 2010)

§ 1º O enquadramento dos servidores de que trata o caput na Carreira de Oficial de Inteligência fica condicionado à comprovação de que: (Incluído pela Lei nº 12.277, de 2010)

I - preenchem os requisitos para ingresso no cargo de Oficial de Inteligência; (Incluído pela Lei nº 12.277, de 2010)

II - suas atribuições guardam similaridade em diferentes graus de complexidade e responsabilidade com o exercício de atividades de natureza técnico-administrativas relacionadas à obtenção, análise e disseminação de conhecimentos e ao desenvolvimento de recursos humanos para a atividade de inteligência; (Incluído pela Lei nº 12.277, de 2010)

III - sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público. (Incluído pela Lei nº 12.277, de 2010)

§ 2º Atendidas as condições de que tratam os incisos I, II e III do § 1º deste artigo, os servidores de que trata o caput serão enquadrados nos cargos do Plano de Carreiras e Cargos da Abin, observados a similaridade de suas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela de Correlação, nos termos do Anexo VII desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.277, de 2010)

§ 3º Ao Diretor-Geral da Abin incumbe efetivar os enquadramentos de que trata o § 1º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.277, de 2010)

Art. 4º Ficam criados, no Quadro de Pessoal da ABIN, 240 (duzentos e quarenta) cargos de Oficial Técnico

de Inteligência e 200 (duzentos) cargos de Agente Técnico de Inteligência.

Art. 5º As Carreiras e os cargos do Plano de Carreiras e Cargos da ABIN destinam-se ao exercício das respectivas atribuições em diferentes níveis de complexidade e responsabilidade, bem como ao exercício de atividades de natureza técnica, administrativa e de gestão relativas à obtenção, análise e disseminação de conhecimentos.

Art. 6º É de 40 (quarenta) horas semanais a carga horária de trabalho dos titulares dos cargos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da ABIN, ressalvadas as hipóteses amparadas em legislação específica.

§ 1º Aos titulares dos cargos integrantes das Carreiras de que tratam as alíneas a dos incisos I e II do caput do art. 2º desta Lei aplica-se o regime de dedicação exclusiva, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada.

§ 2º Nos casos aos quais se aplique o regime de trabalho por plantões, escala ou regime de turnos alternados por revezamento, é de no máximo 192 (cento e noventa e duas) horas mensais a jornada de trabalho dos integrantes dos cargos referidos no caput deste artigo.

§ 3º O plantão e a escala ou o regime de turnos alternados por revezamento serão regulamentados em ato do Diretor-Geral da ABIN, observada a legislação vigente.

Art. 7º Os servidores da ABIN, no exercício de suas funções, ficam também submetidos ao conjunto de deveres e responsabilidades previstos em código de ética do profissional de inteligência, editado pelo Diretor-Geral da ABIN.

Art. 8º São atribuições do cargo de Oficial de Inteligência:

I - planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar:

a) produção de conhecimentos de inteligência;

b) ações de salvaguarda de assuntos sensíveis;

c) operações de inteligência;

d) atividades de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico direcionadas à obtenção e à análise de dados e à segurança da informação; e

e) o desenvolvimento de recursos humanos para a atividade de inteligência; e

II - desenvolver e operar máquinas, veículos, aparelhos, dispositivos, instrumentos, equipamentos e sistemas necessários à atividade de inteligência.

Art. 9º É atribuição do cargo de Agente de Inteligência oferecer suporte especializado às atividades decorrentes das atribuições definidas no art. 8º desta Lei.

Art. 10. Os titulares dos cargos de Oficial de Inteligência e de Agente de Inteligência poderão ser designados para prestar serviço no exterior, nos termos da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, e legislação correlata, conforme dispuser ato do Poder Executivo.

Art. 11. São atribuições do cargo de Oficial Técnico de Inteligência:

I - planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de gestão técnico-administrativas,

suporte e apoio logístico:

- a) produção de conhecimentos de inteligência;
- b) ações de salvaguarda de assuntos sensíveis;
- c) operações de inteligência;
- d) atividades de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, direcionadas à obtenção e análise de dados e à segurança da informação; e
- e) atividades de construção e manutenção de prédios e outras instalações;

II - desenvolver recursos humanos para a gestão técnico-administrativa e apoio logístico da atividade de inteligência; e

III - desenvolver e operar máquinas, veículos, aparelhos, dispositivos, instrumentos, equipamentos e sistemas necessários às atividades técnico-administrativas e de apoio logístico da atividade de inteligência.

Art. 12. É atribuição do cargo de Agente Técnico de Inteligência dar suporte especializado às atividades decorrentes das atribuições definidas no art. 11 desta Lei.

CAPÍTULO III

Concurso Público

Art. 13. São requisitos para ingresso na classe inicial dos cargos do Plano de Carreiras e Cargos da ABIN:

- I - aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos;
- II - diploma de conclusão de ensino superior em nível de graduação, em cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação e, se for o caso, habilitação legal específica, conforme definido no edital do concurso, para os cargos de nível superior; e
- III - certificado de conclusão de ensino médio ou equivalente e habilitação legal específica, se for o caso, fornecido por instituição de ensino oficialmente autorizada, conforme definido no edital do concurso, para os cargos de nível intermediário.

Parágrafo único. A comprovação do requisito de escolaridade previsto neste artigo será feita por ocasião da convocação para a posse, decorrente da aprovação em concurso público, sendo eliminado o candidato que deixar de apresentar o correspondente documento comprobatório na forma da legislação vigente.

Art. 14. O concurso público referido no inciso I do caput do art. 13 desta Lei poderá ser organizado em etapas, conforme dispuser o edital de abertura do certame, observado o seguinte:

- I - a primeira etapa, de caráter eliminatório e classificatório, constituir-se-á de provas objetivas e provas discursivas de conhecimentos gerais e específicos;
- II - a segunda etapa, de caráter eliminatório, observadas as exigências do cargo e conforme definido em edital, poderá constituir-se de:
 - a) procedimento de investigação social e, se necessário, funcional do candidato;

b) avaliação médica, inclusive com a exigência de exames laboratoriais iniciais e, se necessário, complementares;

c) avaliação psicológica; e

d) prova de capacidade física; e

III - a terceira etapa, de caráter eliminatório e classificatório, consistirá na realização de curso de formação, com duração e regras gerais definidas em ato do Diretor-Geral da ABIN.

§ 1º A avaliação de títulos, quando prevista, terá caráter classificatório.

§ 2º Caberá ao Diretor-Geral da ABIN, observada a legislação pertinente, emitir os atos normativos necessários para regulamentar a execução do concurso referido no inciso I do caput do art. 13 desta Lei.

§ 3º A investigação social e, se necessário, funcional, de que trata a alínea a do inciso II do caput deste artigo, poderá ocorrer durante todo o processo seletivo, incluído o período do curso de formação previsto no inciso III do caput deste artigo.

§ 4º Durante a investigação a que se refere o § 3º deste artigo, a ABIN poderá obter elementos informativos de quem os possa fornecer, inclusive convocando o candidato para ser ouvido ou entrevistado, assegurada a tramitação sigilosa e o direito de defesa.

§ 5º Ato do Diretor-Geral da ABIN definirá regimento escolar aplicável ao curso de formação de que trata o inciso III do caput deste artigo, contendo direitos e deveres do aluno, inclusive com normas e critérios sobre avaliação da aprendizagem, regime disciplinar e de conduta, frequência às aulas e situações de desligamento do curso e exclusão do processo seletivo.

§ 6º O Diretor-Geral da ABIN poderá designar o servidor para ter lotação em qualquer parte do território nacional.

Art. 15. A lotação ideal da ABIN será fixada periodicamente pelo seu Diretor-Geral, inclusive para fins de remoção de pessoal.

capítulo iv

Progressão e Promoções

Art. 16. O desenvolvimento do servidor nas Carreiras e cargos que integram o Plano de Carreiras e Cargos da ABIN ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 1º Para os fins do disposto no caput deste artigo, progressão é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior.

§ 2º Ato do Poder Executivo regulamentará os critérios de concessão de progressão funcional e promoção de que trata o caput deste artigo.

Art. 17. O desenvolvimento do servidor nas Carreiras e cargos que integram o Plano de Carreiras e Cargos da ABIN obedecerá às seguintes regras:

I - interstício mínimo de 18 (dezoito) meses entre cada progressão;

II - habilitação em avaliação de desempenho individual correspondente a, no mínimo, 70% (setenta por cento) do limite máximo da pontuação das avaliações realizadas no interstício considerado para a progressão; e

III - competência e qualificação profissional.

§ 1º O interstício de 18 (dezoito) meses de efetivo exercício para a progressão funcional, conforme estabelecido no inciso I do caput deste artigo, será:

I - computado em dias, descontados os afastamentos que não forem legalmente considerados de efetivo exercício; e

II - suspenso nos casos em que o servidor se afastar sem remuneração, sendo retomado o cômputo a partir do retorno à atividade.

§ 2º Enquanto não forem regulamentadas, as progressões e as promoções dos titulares de cargos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da ABIN, as progressões funcionais e as promoções de que trata o art. 16 desta Lei serão concedidas observando-se as normas vigentes em 4 de junho de 2008.

§ 3º Na contagem do interstício necessário à promoção e à progressão, será aproveitado o tempo computado até 4 de junho de 2008.

Art. 18. São pré-requisitos mínimos para promoção às classes dos cargos de nível superior de que tratam os incisos I e III do caput do art. 2º desta Lei:

I - para a Segunda Classe, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 160 (cento e sessenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 7 (sete) anos e meio, ambas no campo específico de atuação de cada cargo;

II - para a Primeira Classe, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 240 (duzentas e quarenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 16 (dezesesseis) anos e 1/2 (meio), ambas no campo específico de atuação de cada cargo; e

III - para a Classe Especial, ser detentor de certificado de conclusão de curso de especialização ou de formação específica equivalente a, no mínimo, 360 (trezentas e sessenta) horas e qualificação profissional com experiência mínima de 25 (vinte e cinco) anos e 1/2 (meio), ambos no campo específico de atuação de cada cargo.

Art. 19. São pré-requisitos mínimos para promoção às classes dos cargos de nível superior de que trata o inciso IV do caput do art. 2º desta Lei:

I - para a Segunda Classe, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 80 (oitenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 7 (sete) anos e 1/2 (meio), ambas no campo específico de atuação de cada cargo;

II - para a Primeira Classe, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 120 (cento e vinte) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 16 (dezesesseis) anos e 1/2 (meio), ambas no campo específico de atuação de cada cargo; e

III - para a Classe Especial, ser detentor de certificado de conclusão de curso de especialização ou de formação específica equivalente a, no mínimo, 180 (cento e oitenta) horas e qualificação profissional com experiência mínima de 25 (vinte e cinco) anos e 1/2 (meio), ambos no campo específico de atuação de cada cargo.

Art. 20. São pré-requisitos mínimos para promoção às classes dos cargos de nível intermediário de que tratam os incisos II e III do caput do art. 2º desta Lei:

I - para a Segunda Classe, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 120 (cento e vinte) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 7 (sete) anos e 1/2 (meio), ambas no campo específico de atuação de cada cargo;

II - para a Primeira Classe, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 200 (duzentas) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 16 (dezesesseis) anos e 1/2 (meio), ambas no campo específico de atuação de cada cargo; e

III - para a Classe Especial, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 280 (duzentas e oitenta) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 25 (vinte e cinco) anos e 1/2 (meio), ambas no campo específico de atuação de cada cargo.

Art. 21. São pré-requisitos mínimos para promoção às classes dos cargos de nível intermediário de que trata o inciso IV do caput do art. 2º desta Lei:

I - para a Segunda Classe, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 40 (quarenta) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 7 (sete) anos e 1/2 (meio), ambas no campo específico de atuação de cada cargo;

II - para a Primeira Classe, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 80 (oitenta) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 16 (dezesesseis) anos e 1/2 (meio), ambas no campo específico de atuação de cada cargo; e

III - para a Classe Especial, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 120 (cento e vinte) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 25 (vinte e cinco) anos e 1/2 (meio), ambas no campo específico de atuação de cada cargo.

Art. 22. Cabe à ABIN implementar programa permanente de capacitação, treinamento e desenvolvimento, destinado a assegurar a profissionalização dos titulares dos cargos integrantes do seu Plano de Carreiras e Cargos.

§ 1º Os eventos de capacitação a que se referem os incisos I, II e III do caput dos arts. 18 a 21 desta Lei poderão ser organizados e realizados no âmbito interno ou mediante treinamento externo, a serem disciplinados em ato do Diretor-Geral da ABIN.

§ 2º Quando realizado em âmbito externo, os eventos de capacitação a que se refere o § 1º deste artigo deverão ser executados por instituição ou estabelecimento de ensino devidamente reconhecido no âmbito da administração pública.

§ 3º A capacitação a que se referem os incisos I, II e III do caput dos arts. 18 a 21 desta Lei deverá ser orientada para o desempenho vinculado às atribuições do cargo.

§ 4º O programa dos cursos e dos demais eventos de capacitação que integrarão o programa a que se refere o caput deste artigo quando ministrados pela ABIN será definido em ato do Diretor-Geral e terá conformidade com as características e necessidades específicas de cada Carreira ou cargo do Plano de Carreiras e Cargos da ABIN, sem prejuízo da possibilidade de turmas mistas em disciplinas comuns.

§ 5º Para fins de promoção, cada evento de capacitação deverá ser computado uma única vez.

§ 6º Ato do Diretor-Geral da ABIN estabelecerá, quando necessário, as equivalências entre cursos realizados pela extinta Escola Nacional de Informações, pelo extinto Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos e pela Escola de Inteligência, incluídos os novos cursos que venham a integrar o programa permanente de capacitação, treinamento e desenvolvimento referido no caput deste artigo, tendo em vista as disposições desta Lei.

Art. 23. Os titulares de cargos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da ABIN ficam obrigados a ressarcir ao Erário os custos decorrentes da participação em cursos ou estágios de capacitação realizados no Brasil ou no exterior, nas hipóteses de exoneração a pedido ou demissão antes de decorrido período igual ao de duração do afastamento.

§ 1º Ato do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República fixará os valores das indenizações referidas no caput deste artigo, respeitado o limite de despesas realizadas pelo poder público.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo aos demais agentes públicos do Quadro de Pessoal da ABIN, inclusive aos servidores titulares de cargos das Carreiras de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, integrantes do Quadro de Pessoal da ABIN, em exercício no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações - CEPESC/ABIN.

capítulo v

Remuneração dos Servidores da ABIN

Art. 24. Os titulares dos cargos integrantes das Carreiras a que se referem os incisos I e II do caput do art. 2º desta Lei passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Parágrafo único. Os valores do subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o caput deste artigo são os fixados no Anexo II desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

Art. 25. Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos a que se referem os incisos I e II do caput do art. 2º desta Lei, a partir de 5 de junho de 2008, as seguintes parcelas remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade de Informações - GDAI, de que trata o art. 11 da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004;

III Gratificação de Habilitação e Qualificação - GHQ, de que trata o § 3º do art. 9º da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004; e

IV - Vantagem Pecuniária Individual, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003.

Parágrafo único. Considerando o disposto no art. 24 desta Lei, aos titulares dos cargos a que se refere o caput deste artigo não se aplica o disposto no art. 14 da Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991, além de não fazerem jus à percepção das seguintes vantagens remuneratórias:

I - Gratificação de Desempenho de Atividade de Informações Estratégicas - GDI, de que trata o art. 2º da Lei nº 9.651, de 27 de maio de 1998;

II - Gratificação de Atividade - GAE, de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992;

III - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, de que trata a Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002;

IV - as referentes à conclusão do Curso de Formação em Inteligência, do Curso de Formação Básica em Inteligência I, do Curso de Formação Básica em Inteligência II, do Curso de Especialização em Inteligência, do Curso de Aperfeiçoamento em Inteligência e do Curso Avançado de Inteligência, referidos na Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004; e

V - Gratificação de Desempenho de Atividades de Informação e Inteligência - GDAIN e Gratificação de Desempenho de Atividades Complementares na ABIN - GDACABIN de que trata o inciso II do caput do art. 29 desta Lei.

Art. 26. Além das parcelas e vantagens de que trata o art. 25 desta Lei, não são devidas aos titulares dos cargos a que se referem os incisos I e II do caput do art. 2º desta Lei, a partir de 5 de junho de 2008, as seguintes espécies remuneratórias:

I - vantagens pessoais e vantagens pessoais nominalmente identificadas - VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo de provimento em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dos arts. 190 e 192 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário; e

XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 28 desta Lei.

Art. 27. Os servidores integrantes das Carreiras de que tratam os incisos I e II do caput do art. 2º desta Lei não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 28. O subsídio dos integrantes das Carreiras de que tratam os incisos I e II do caput do art. 2º desta Lei não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, das seguintes

espécies remuneratórias:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003;

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; e

V - parcelas indenizatórias previstas em lei.

Art. 29. A estrutura remuneratória dos titulares dos cargos de níveis superior e intermediário a que se refere o inciso III do caput do art. 2º desta Lei e dos titulares dos cargos de níveis superior, intermediário e auxiliar a que se refere o inciso IV do caput do art. 2º desta Lei, a partir de 5 de junho de 2008, terá a seguinte composição:

I - Vencimento Básico; e

II - Gratificação de Desempenho de Atividades de Informações e Inteligência - GDAIN ou Gratificação de Desempenho de Atividades Complementares na ABIN - GDACABIN, conforme o caso, observado o disposto nos arts. 34 a 41 desta Lei.

§ 1º Os padrões de vencimento básico dos cargos referidos no caput deste artigo são os constantes dos Anexos III e IV desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas neles especificadas.

§ 2º Os titulares dos cargos a que se refere o caput deste artigo não farão jus, a partir de 2008, à percepção das seguintes gratificações e vantagens:

I - Gratificação de Desempenho de Atividade de Informações - GDAI, de que trata o art. 11 da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004;

II - Gratificação de Habilitação e Qualificação - GHQ, de que trata o § 3º do art. 9º da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004;

III - Vantagem Pecuniária Individual, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003;

IV - Gratificação de Desempenho de Atividade de Informações Estratégicas - GDI, de que trata o art. 2º da Lei nº 9.651, de 27 de maio de 1998;

V - Gratificação de Atividade - GAE, de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992;

VI - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, de que trata a Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002;

VII - as referentes à conclusão do Curso de Formação em Inteligência, do Curso de Formação Básica em Inteligência I, do Curso de Formação Básica em Inteligência II, do Curso de Especialização em Inteligência, do Curso de Aperfeiçoamento em Inteligência e do Curso Avançado de Inteligência, referidos na Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004; e

VIII - as referentes à aplicação do disposto no art. 14 da Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991.

Art. 30. Os servidores titulares dos cargos de níveis superior e intermediário do Grupo Informações e os servidores titulares dos cargos de níveis superior, intermediário e auxiliar do Grupo Apoio do Quadro de Pessoal da ABIN (art. 2º da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004), serão enquadrados nos cargos do Plano de Carreiras e Cargos da ABIN, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela, nos termos do Anexo VII desta Lei.

§ 1º É vedada a mudança do nível do cargo ocupado pelo servidor em decorrência do disposto no caput deste artigo.

§ 2º O posicionamento dos aposentados e dos pensionistas nas tabelas remuneratórias constantes dos Anexos III, IV, V e VI desta Lei será referenciado à situação em que o servidor se encontrava na data da aposentadoria ou em que se originou a pensão, respeitadas as alterações relativas a posicionamentos decorrentes de legislação específica.

Art. 31. A aplicação das disposições desta Lei aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões.

§ 1º Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei, eventual diferença será paga:

I - aos servidores integrantes das Carreiras de que tratam os incisos I e II do caput do art. 2º desta Lei, a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na Carreira por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos e das Carreiras ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes do Anexo II desta Lei; e

II - aos servidores de que tratam os incisos III e IV do caput do art. 2º desta Lei, a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes dos Anexos III, IV, V e VI desta Lei.

§ 2º A parcela complementar de subsídio e a vantagem pessoal nominalmente identificada referidas nos incisos I e II do § 1º deste artigo estarão sujeitas exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 32. Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da ABIN de que trata o art. 1º desta Lei e às pensões, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, no que couber, o disposto nesta Lei em relação aos servidores que se encontram em atividade.

Art. 33. Ficam instituídas:

I - a Gratificação de Desempenho de Atividades de Informações e Inteligência - GDAIN, devida exclusivamente aos servidores de níveis superior e intermediário do Grupo Informações, de que trata o inciso III do caput do art. 2º desta Lei, quando em exercício de atividades nas unidades da ABIN; e

II - a Gratificação de Desempenho de Atividades Complementares na ABIN - GDACABIN, devida exclusivamente aos ocupantes dos cargos de níveis superior, intermediário e auxiliar do Grupo Apoio do Plano Especial de Cargos, de que trata o inciso IV do caput do art. 2º desta Lei, quando em exercício de atividades nas unidades da ABIN.

Art. 34. A GDAIN e a GDACABIN serão atribuídas em função do alcance de metas de desempenho individual do servidor e de desempenho institucional da ABIN.

§ 1º A avaliação de desempenho individual visa a aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo ou função, com foco na contribuição individual para o alcance dos objetivos organizacionais.

§ 2º A avaliação de desempenho institucional visa a aferir o desempenho coletivo no alcance dos objetivos organizacionais.

§ 3º A GDAIN e a GDACABIN serão pagas com observância dos seguintes limites:

I - máximo, 100 (cem) pontos por servidor; e

II - mínimo, 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo V desta Lei, para a GDAIN, e no Anexo VI desta Lei, para a GDACABIN.

§ 4º Considerando o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo, a pontuação referente à GDAIN e à GDACABIN terá a seguinte distribuição:

I - até 20 (vinte) pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

§ 5º Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da GDAIN e da GDACABIN serão estabelecidos em ato do Diretor-Geral da ABIN, observada a legislação vigente.

Art. 35. Até que sejam processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que a ela fizerem jus perceberão a GDAIN e a GDACABIN em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observada a classe e padrão do servidor, conforme estabelecido nos Anexos V e VI desta Lei.

§ 1º O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir do início do primeiro período de avaliação, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor.

§ 2º A data de publicação do ato de fixação das metas de desempenho institucional, tendo em vista o pagamento da GDAIN e da GDACABIN, constitui o marco temporal para o início do período de avaliação.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se aos ocupantes de cargos comissionados que fazem jus à GDAIN e à GDACABIN.

Art. 36. A GDAIN e a GDACABIN não servirão de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

Art. 37. O titular de cargo efetivo de que tratam os incisos III e IV do caput do art. 2º desta Lei, em exercício nas unidades da ABIN, quando investido em cargo em comissão ou função de confiança fará jus à GDAIN ou à GDACABIN da seguinte forma:

I - os investidos em função de confiança ou cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 3, 2, 1, ou equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de desempenho

calculada conforme disposto no art. 34 desta Lei; e

II - os investidos em cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5, 4, ou equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no valor máximo da parcela individual, somado ao resultado da avaliação institucional do período.

Art. 38. O titular de cargo efetivo de que tratam os incisos III e IV do caput do art. 2º desta Lei quando não se encontrar em exercício nas unidades da ABIN somente fará jus à GDAIN ou à GDACABIN, conforme o caso:

I - quando cedido para a Presidência ou Vice-Presidência da República ou quando requisitado pela Justiça Eleitoral, situação na qual perceberá a respectiva gratificação de desempenho calculada com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício na ABIN; e

II - quando cedido para órgãos ou entidades do Governo Federal distintos dos indicados no inciso I do caput deste artigo e investido em cargos de Natureza Especial, de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5, 4, ou equivalentes, perceberá a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no resultado da avaliação institucional do período.

Parágrafo único. A avaliação institucional dos servidores referidos neste artigo será a da ABIN.

Art. 39. O servidor ativo beneficiário da GDAIN ou da GDACABIN que obtiver pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) do seu valor máximo será imediatamente submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade da ABIN.

Parágrafo único. A análise de adequação funcional visa a identificar as causas dos resultados obtidos na avaliação de desempenho e a servir de subsídio para a adoção de medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.

Art. 40. Ocorrendo exoneração do cargo em comissão, com manutenção do cargo efetivo, os servidores que façam jus à GDAIN ou à GDACABIN continuarão percebendo a respectiva gratificação de desempenho correspondente ao último valor obtido, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

Art. 41. Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção de gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a respectiva gratificação correspondente ao último percentual obtido, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos casos de cessão.

Art. 42. Para fins de incorporação da GDAIN e da GDACABIN aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios:

I - para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação será correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor máximo do respectivo nível, classe e padrão; e

II - para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004:

a) quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á o percentual constante no inciso I do caput deste artigo; e

b) aos demais casos aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº

10.887, de 18 de junho de 2004.

Art. 43. Os valores devidos ao servidor em razão da estrutura remuneratória proposta pela Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004, quanto ao vencimento básico, gratificação de desempenho de qualquer natureza e gratificação de habilitação e qualificação, não podem ser percebidos cumulativamente com os valores de subsídio, vencimento básico e gratificação de desempenho de que tratam os arts. 24 e 29 desta Lei.

§ 1º Os valores percebidos pelos servidores de que tratam as alíneas a dos incisos I e II do caput do art. 2º desta Lei a título de remuneração de 1º de abril até 4 de junho de 2008 deverão ser deduzidos do valor devido ao servidor a título de subsídio a partir de 1º de abril de 2008, devendo ser compensados eventuais valores pagos a menor.

§ 2º Os valores percebidos pelos servidores de que tratam os incisos III e IV do caput do art. 2º desta Lei a título de vencimento básico, gratificação de desempenho de qualquer natureza e gratificação de habilitação e qualificação, de 1º de abril até 4 de junho de 2008, com base na estrutura remuneratória constante da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004, deverão ser deduzidos do montante devido ao servidor a título de vencimento básico e gratificação de desempenho, conforme disposto no art. 29 desta Lei, a partir de 1º de abril de 2008, devendo ser compensados eventuais valores pagos a menor.

capítulo vi

Cessão de Servidores

Art. 44. Fica vedada a cessão dos titulares de cargos integrantes do Quadro de Pessoal da ABIN, exceto para os casos previstos em legislação específica ou investidura em cargo de Natureza Especial ou do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 4, 5, 6, ou equivalentes.

Parágrafo único. As cessões em desconformidade com o disposto no caput deste artigo serão regularizadas até 6 de outubro de 2008.

capítulo vii

Avaliação de Desempenho

Art. 45. Os titulares de cargos de provimento efetivo integrantes do Quadro de Pessoal da ABIN serão submetidos, periodicamente, a avaliação de desempenho, conforme disposto na legislação em vigor aplicável aos servidores públicos federais e em normas específicas a serem estabelecidas em ato do Diretor-Geral da ABIN, que permitam avaliar a atuação do servidor no exercício do cargo e no âmbito de sua área de responsabilidade ou especialidade.

capítulo viii

Propriedade Intelectual

Art. 46. A propriedade intelectual criada por qualquer agente público em decorrência do exercício de suas atribuições ou na condição de representante da ABIN pertence exclusivamente à União, a quem caberá exercer a eventual proteção ou a divulgação do seu conteúdo, conforme disposto em ato do Diretor-Geral da ABIN.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se aos alunos de cursos ministrados pela ABIN, inclusive aos do curso de formação integrante do concurso público para ingresso nos cargos de que tratam os incisos I e II do caput do art. 2º desta Lei.

capítulo ix

disposições finais

Art. 47. Ficam revogados:

I - os arts. 2º e 16 da Lei nº 9.651, de 27 de maio de 1998;

II - a Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004;

III - os arts. 12 e 13 da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005;

IV - o art. 7º da Lei nº 11.292, de 26 de abril de 2006; e

V - a Lei nº 11.362, de 19 de outubro de 2006.

Art. 48. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA **Paulo Bernardo Silva** *Jorge Armando Felix*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 18.9.2008

ANEXO I

ESTRUTURA DE CLASSES E PADRÕES DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA ABIN

Tabela I

Cargos de nível superior e intermediário

Carreiras/Cargos

Classe

Padrão

III

Especial

II

I

VI

Carreira de Oficial de Inteligência

V

Primeira

IV

Carreira de Oficial Técnico de Inteligência

III

II

Carreira de Agente de Inteligência

I

VI

Carreira de Agente Técnico de Inteligência

V

Segunda

IV

Cargos de níveis superior e intermediário do Grupo

III

Informações e do Grupo Apoio do Plano de Carreiras e

II

Cargos da ABIN

I

V

IV

Terceira

III

II

I

Tabela II

Cargos de nível auxiliar

Cargo

Classe

Padrão

Cargos de nível auxiliar do Grupo

III

Apoio do Plano de Carreiras e

Especial

II

Cargos da ABIN

I

ANEXO II

TABELA DE SUBSÍDIOS DAS CARREIRAS

DE OFICIAL DE INTELIGÊNCIA, OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA,

AGENTE DE INTELIGÊNCIA E AGENTE TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA

a) Subsídio do Cargo de Oficial de Inteligência

Em R\$

Classe

Padrão

EFEITOS FINANCEIROS

A partir de

A partir de

1º de abril de 2008

1º de outubro de 2008

III

10.277,57

13.468,76

Especial

II

10.125,69

13.269,71

I

9.976,05

13.073,61

VI

9.685,48

12.692,83

V

9.542,35

12.505,25

Primeira

IV

9.401,33

12.320,44

III

9.262,39

12.138,36

II

9.125,51

11.958,98

I

8.990,65

11.782,25

VI

8.728,79

11.439,07

V

8.599,79

11.270,02

Segunda

IV

8.472,70

11.103,47

III

8.347,49

10.939,38

II

8.224,12

10.777,72

I

8.102,59

10.618,44

V

7.866,59

10.309,16

IV

7.750,33

10.156,81

Terceira

III

7.635,80

10.006,71

II

7.522,95

9.858,83

I

7.411,78

9.713,13

b) Subsídio do Cargo de Oficial Técnico de Inteligência

Em R\$

Classe

Padrão

EFEITOS FINANCEIROS

A partir de

A partir de

1º de abril de 2008

1º de outubro de 2008

III

9.249,81

12.121,88

Especial

II

9.113,12

11.942,74

I

8.978,45

11.766,25

VI

8.716,93

11.423,55

V

8.588,12

11.254,73

Primeira

IV

8.461,20

11.088,40

III

8.336,15

10.924,52

II

8.212,96

10.763,08

I

8.091,59

10.604,03

VI

7.855,91

10.295,16

V

7.739,81

10.143,02

Segunda

IV

7.625,43

9.993,12

III

7.512,74

9.845,44

II

7.401,71

9.699,95

I

7.292,33

9.556,60

V

7.079,93

9.278,24

IV

6.975,30

9.141,13

Terceira

III

6.872,22

9.006,04

II

6.770,66

8.872,95

I

6.670,60

8.741,82

c) Subsídio do Cargo de Agente de Inteligência

Em R\$

Classe

Padrão

EFEITOS FINANCEIROS

A partir de

A partir de

1º de abril de 2008

1º de outubro de 2008

III

4.542,08

6.182,23

Especial

II

4.474,96

6.090,87

I

4.408,83

6.000,85

VI

4.280,41

5.826,07

V

4.217,16

5.739,97

Primeira

IV

4.154,83

5.655,15

III

4.093,43

5.571,57

II

4.032,94

5.489,23

I

3.973,34

5.408,11

VI

3.857,61

5.250,59

V

3.800,60

5.173,00

Segunda

IV

3.744,43

5.096,55

III

3.689,10

5.021,23

II

3.634,58

4.947,03

I

3.580,87

4.873,92

V

3.476,57

4.731,96

IV

3.425,19

4.662,03

Terceira

III

3.374,57

4.593,13

II

3.324,70

4.525,25

I

3.275,57

4.458,38

d) Subsídio do Cargo de Agente Técnico de Inteligência

Em R\$

Classe

Padrão

EFEITOS FINANCEIROS

A partir de

A partir de

1º de abril de 2008

1º de outubro de 2008

III

4.087,87

5.564,01

Especial

II

4.027,46

5.481,78

I

3.967,95

5.400,77

VI

3.852,37

5.243,46

V

3.795,44

5.165,97

Primeira

IV

3.739,35

5.089,64

III

3.684,09

5.014,41

II

3.629,65

4.940,31

I

3.576,01

4.867,30

VI

3.471,85

4.725,53

V

3.420,54

4.655,70

Segunda

IV

3.369,99

4.586,90

III

3.320,19

4.519,11

II

3.271,12

4.452,33

I

3.222,78

4.386,53

V

3.128,91

4.258,76

IV

3.082,67

4.195,83

Terceira

III

3.037,11

4.133,82

II

2.992,23

4.072,73

I

2.948,01

4.012,54

ANEXO III

TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE NÍVEIS SUPERIOR E INTERMEDIÁRIO DO GRUPO INFORMAÇÕES

(Inciso III do art. 2º)

a) Vencimento básico do cargo de nível superior de Instrutor de Informações do Grupo Informações

Em R\$

Classe

Padrão

EFEITOS FINANCEIROS

A partir de

A partir de

1º de abril de 2008

1º de outubro de 2008

III

4.459,81

5.181,88

Especial

II

4.393,90

5.105,30

I

4.328,97

5.029,85

VI

4.202,88

4.883,36

V

4.140,77

4.811,19

Primeira

IV

4.079,58

4.740,09

III

4.019,28

4.670,03

II

3.959,89

4.601,02

I

3.901,37

4.533,03

VI

3.787,73

4.400,99

V

3.731,76

4.335,95

Segunda

IV

3.676,61

4.271,87

III

3.622,28

4.208,74

II

3.568,75

4.146,55

I

3.516,01

4.085,27

V

3.413,59

3.966,28

IV

3.363,15

3.907,66

Terceira

III

3.313,45

3.849,92

II

3.264,48

3.793,02

I

3.216,24

3.736,97

b) Vencimento básico dos demais cargos de nível superior do Grupo Informações

Em R\$

Classe

Padrão

EFEITOS FINANCEIROS

A partir de

A partir de

1º de abril de 2008

1º de outubro de 2008

III

3.748,43

4.377,42

Especial

II

3.705,06

4.326,77

I

3.683,27

4.301,32

VI

3.515,42

4.105,31

V

3.474,78

4.057,85

Primeira

IV

3.434,63

4.010,96

III

3.394,94

3.964,61

II

3.355,71

3.918,80

I

3.316,96

3.873,55

VI

3.147,44

3.675,58

V

3.111,13

3.633,18

Segunda

IV

3.075,25

3.591,28

III

3.039,78

3.549,86

II

3.004,74

3.508,94

I

2.970,11

3.468,49

V

2.818,57

3.291,53

IV

2.786,13

3.253,64

Terceira

III

2.754,07

3.216,20

II

2.722,39

3.179,21

I

2.691,08

3.142,64

c) Vencimento básico do cargo de nível intermediário de Monitor de Informações do Grupo Informações

Em R\$

-

Classe

Padrão

EFEITOS FINANCEIROS

-

A partir de 1º de abril de 2008

III

2.428,57

Especial

II

2.420,36

I

2.411,95

VI
2.380,37

V
2.372,54

Primeira

IV
2.365,25

III
2.357,39

II
2.349,15

I
2.341,31

VI
2.312,15

V
2.304,84

Segunda

IV
2.297,89

III

2.290,39

II

2.283,42

I

2.275,88

V

2.249,51

IV

2.242,27

Terceira

III

2.235,41

II

2.228,93

I

2.221,91

d) Vencimento básico dos demais cargos de nível intermediário do Grupo Informações

Em R\$

Classe

Padrão

EFEITOS FINANCEIROS

A partir de 1º de abril de 2008

III

2.148,00

Especial

II

2.143,46

I

2.139,18

VI

2.126,42

V

2.122,18

Primeira

IV

2.117,94

III

2.113,71

II

2.109,49

I

2.105,28

VI

2.092,72

V

2.088,54

Segunda

IV

2.084,37

III

2.080,21

II

2.076,06

I

2.071,92

V

2.059,56

IV

2.055,45

Terceira

III

2.051,35

II

2.047,26

I

2.043,17

ANEXO IV

TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DO GRUPO APOIO DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA ABIN

EFEITOS FINANCEIROS: a partir de 1º de abril de 2008

Em R\$

Classe

Padrão

Cargos

Nível Superior

Nível Intermediário

Nível Auxiliar

III

3.748,70

2.148,00

1.660,84

Especial

II

3.705,43

2.143,46

1.657,64

I

3.683,64

2.139,18

1.654,45

VI

3.515,77

2.126,42

V

3.475,13

2.122,18

C

IV

3.434,97

2.117,94

III

3.395,28

2.113,71

II

3.356,05

2.109,49

I

3.317,29

2.105,28

VI

3.147,75

2.092,72

V

3.111,44

2.088,54

B

IV

3.075,56

2.084,37

III

3.040,08

2.080,21

II

3.005,04

2.076,06

I

2.970,41

2.071,92

V

2.818,85

2.059,56

IV

2.786,41

2.055,45

A

III

2.754,35

2.051,35

II

2.722,66

2.047,26

I

2.691,35

2.043,17

ANEXO V

TABELA DE VALORES DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE INFORMAÇÕES E INTELIGÊNCIA - GDAIN

a) Valores da GDAIN para os cargos de nível superior do Grupo Informações

Em R\$

Classe

Padrão

EFEITOS FINANCEIROS

A partir de

A partir de

1º de abril de 2008

1º de outubro de 2008

III

47,800

69,360

Especial

II

47,240

68,550

I

46,970

68,150

VI

44,830

65,050

V

44,310

64,290

Primeira

IV

43,800

63,550

III

43,290

62,820

II

42,790

62,090

I

42,300

61,370

VI

40,130

58,240

V

39,670

57,570

Segunda

IV

39,210

56,900

III

38,760

56,240

II

38,310

55,600

I

37,870

54,960

V

35,940

52,150

IV

35,530

51,550

Terceira

III

35,120

50,960

II

34,710

50,370

I

34,310

49,790

b) Valores da GDAIN para os cargos de nível intermediário do Grupo Informações

Em R\$

Classe

Padrão

EFEITOS FINANCEIROS

A partir de

A partir de

1º de abril de 2008

1º de outubro de 2008

III

16,593

30,436

Especial

II

16,071

29,705

I

15,560

28,995

VI

14,720

27,655

V

14,229

26,978

Primeira

IV

13,741

26,304

III

13,267

25,645

II

12,805

25,000

I

12,347

24,358

VI

11,597

23,162

V

11,157

22,552

Segunda

IV

10,721

21,955

III

10,298

21,362

II

9,877

20,782

I

9,469

20,206

V

8,794

19,139

IV

8,404

18,593

Terceira

III

8,017

18,050

II

7,633

17,530

I

7,261

17,004

ANEXO VI

TABELA DE VALOR DOS PONTOS DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES
COMPLEMENTARES NA ABIN - GDACABIN

a) Valor dos pontos da GDACABIN para os cargos de nível superior do Grupo Apoio

Em R\$

Classe

Padrão

EFEITOS FINANCEIROS

A partir de

A partir de

1º de abril de 2008

1º de outubro de 2008

III

15,44

23,16

Especial

II

14,85

22,27

I

14,13

21,20

VI

14,04

21,06

V

13,49

20,24

Primeira

IV

12,96

19,44

III

12,44

18,66

II

11,93

17,90

I

11,56

17,34

VI

11,52

17,28

V

11,06

16,59

Segunda

IV

10,61

15,91

III

10,16

15,24

II

9,73

14,60

I

9,45

14,18

V

9,41

14,12

IV

9,02

13,53

Terceira

III

8,63

12,95

II

8,26

12,39

I

7,89

11,84

b) Valor dos pontos da GDACABIN para os cargos de nível intermediário do Grupo Apoio

Em R\$

Classe

Padrão

EFEITOS FINANCEIROS

A partir de

A partir de

1º de abril de 2008

1º de outubro de 2008

III

9,75

14,62

Especial

II

9,61

14,41

I

9,47

14,20

VI

9,23

13,85

V

9,10

13,65

Primeira

IV

8,97

13,45

III

8,83

13,25

II

8,70

13,05

I

8,57

12,86

VI

8,37

12,55

V

8,24

12,36

Segunda

IV

8,12

12,18

III

8,00

12,00

II

7,88

11,82

I

7,77

11,65

V

7,58

11,37

IV

7,47

11,20

Terceira

III

7,35

11,03

II

7,25

10,87

I

7,14

10,71

c) Valor dos pontos da GDACABIN para os cargos de nível auxiliar do Grupo Apoio

Em R\$

Classe

Padrão

EFEITOS FINANCEIROS

A partir de

A partir de

1º de abril de 2008

1º de outubro de 2008

III

3,65

5,48

Especial

II

3,62

5,43

I

3,59

5,38

ANEXO II (Redação dada pela Lei nº 12.277, de 2010)

TABELA DE SUBSÍDIOS DAS CARREIRAS

DE OFICIAL DE INTELIGÊNCIA, OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA, AGENTE DE INTELIGÊNCIA E AGENTE TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA

a) Subsídio do Cargo de Oficial de Inteligência

Em R\$

VALOR DO SUBSÍDIO

CLASSE

PADRÃO

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE

1º de abril de 2008

1º de outubro de 2008

1º de julho de 2010

1º de abril de 2011

III

10.277,57

13.468,76

15.742,00

18.400,00

ESPECIAL

II

10.125,69

13.269,71

15.494,09

18.110,24

I

9.976,05

13.073,61

15.250,09

17.825,04

VI

9.685,48

12.692,83

14.767,63

17.261,12

V

9.542,35

12.505,25

14.535,07

16.989,29

PRIMEIRA

IV

9.401,33

12.320,44

14.306,17

16.721,74

III

9.262,39

12.138,36

14.080,88

16.458,40

II

9.125,51

11.958,98

13.859,13

16.199,22

I

8.990,65

11.782,25

13.640,88

15.944,11

VI

8.728,79

11.439,07

13.209,33

15.439,70

V

8.599,79

11.270,02

13.001,31

15.196,55

SEGUNDA

IV

8.472,70

11.103,47

12.796,57

14.957,24

III

8.347,49

10.939,38

12.595,04

14.721,69

II

8.224,12

10.777,72

12.396,70

14.489,85

I

8.102,59

10.618,44

12.201,47

14.261,66

V

7.866,59

10.309,16

11.815,46

13.810,48

IV

7.750,33

10.156,81

11.629,39

13.592,99

TERCEIRA

III

7.635,80

10.006,71

11.446,25

13.378,93

II

7.522,95

9.858,83

11.266,00

13.168,23

I

7.411,78

9.713,13

11.088,58

12.960,86

b) Subsídio do Cargo de Oficial Técnico de Inteligência

Em R\$

VALOR DO SUBSÍDIO

CLASSE

PADRÃO

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE

1º de abril de 2008

1º de outubro de 2008

1º de julho de 2010

1º de abril de 2011

III

9.249,81

12.121,88

14.166,23

16.558,16

ESPECIAL

II

9.113,12

11.942,74

13.956,87

16.313,46

I

8.978,45

11.766,25

13.750,61

16.072,37

VI

8.716,93

11.423,55

13.350,11

15.604,25

V

8.588,12

11.254,73

13.152,82

15.373,64

PRIMEIRA

IV

8.461,20

11.088,40

12.958,44

15.146,44

III

8.336,15

10.924,52

12.766,94

14.922,60

II

8.212,96

10.763,08

12.578,26

14.702,07

I

8.091,59

10.604,03

12.392,38

14.484,80

VI

7.855,91

10.295,16

12.031,43

14.062,91

V

7.739,81

10.143,02

11.853,63

13.855,09

SEGUNDA

IV

7.625,43

9.993,12

11.678,45

13.650,33

III

7.512,74

9.845,44

11.505,87

13.448,60

II

7.401,71

9.699,95

11.335,83

13.249,86

I

7.292,33

9.556,60

11.168,30

13.054,05

V

7.079,93

9.278,24

10.843,01

12.673,83

IV

6.975,30

9.141,13

10.682,77

12.486,53

TERCEIRA

III

6.872,22

9.006,04

10.524,90

12.302,00

II

6.770,66

8.872,95

10.369,36

12.120,20

I

6.670,60

8.741,82

10.216,12

11.941,08

c) Subsídio do Cargo de Agente de Inteligência

Em R\$

VALOR DO SUBSÍDIO

CLASSE

PADRÃO

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE

1º de abril de 2008

1º de outubro de 2008

1º de julho de 2010

1º de abril de 2011

III

4.542,08

6.182,23

7.226,00

8.445,69

ESPECIAL

II

4.474,96

6.090,87

7.084,31

8.239,70

I

4.408,83

6.000,85

6.945,41

8.038,73

VI

4.280,41

5.826,07

6.678,27

7.655,94

V

4.217,16

5.739,97

6.547,33

7.469,21

PRIMEIRA

IV

4.154,83

5.655,15

6.418,95

7.287,03

III

4.093,43

5.571,57

6.293,09

7.109,30

II

4.032,94

5.489,23

6.169,69

6.935,90

I

3.973,34

5.408,11

6.048,72

6.766,73

VI

3.857,61

5.250,59

5.816,08

6.444,51

V

3.800,60

5.173,00

5.702,04

6.287,32

SEGUNDA

IV

3.744,43

5.096,55

5.590,23

6.133,97

III

3.689,10

5.021,23

5.480,62

5.984,37

II

3.634,58

4.947,03

5.373,16

5.838,41

I

3.580,87

4.873,92

5.267,80

5.696,01

V

3.476,57

4.731,96

5.065,19

5.424,77

IV

3.425,19

4.662,03

4.965,87

5.292,46

TERCEIRA

III

3.374,57

4.593,13

4.868,50

5.163,37

II

3.324,70

4.525,25

4.773,04

5.037,44

I

3.275,57

4.458,38

4.679,45

4.914,57

d) Subsídio do Cargo de Agente Técnico de Inteligência

Em R\$

VALOR DO SUBSÍDIO

CLASSE

PADRÃO

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE

1º de abril de 2008

1º de outubro de 2008

1º de julho de 2010

1º de abril de 2011

III

4.087,87

5.564,01

6.502,68

7.600,28

ESPECIAL

II

4.027,46

5.481,78

6.375,17

7.414,91

I

3.967,95

5.400,77

6.250,17

7.234,06

VI

3.852,37

5.243,46

6.009,78

6.889,58

V

3.795,44

5.165,97

5.891,94

6.721,54

PRIMEIRA

IV

3.739,35

5.089,64

5.776,41

6.557,60

III

3.684,09

5.014,41

5.663,15

6.397,66

II

3.629,65

4.940,31

5.552,11

6.241,62

I

3.576,01

4.867,30

5.443,24

6.089,38

VI

3.471,85

4.725,53

5.233,89

5.799,41

V

3.420,54

4.655,70

5.131,26

5.657,96

SEGUNDA

IV

3.369,99

4.586,90

5.030,65

5.519,96

III

3.320,19

4.519,11

4.932,01

5.385,33

II

3.271,12

4.452,33

4.835,30

5.253,98

I

3.222,78

4.386,53

4.740,49

5.125,84

V

3.128,91

4.258,76

4.558,17

4.881,75

IV

3.082,67

4.195,83

4.468,79

4.762,68

TERCEIRA

III

3.037,11

4.133,82

4.381,17

4.646,52

II

2.992,23

4.072,73

4.295,26

4.533,19

I

2.948,01

4.012,54

4.211,04

4.422,62

ANEXO III(Redação dada pela Lei nº 12.277, de 2010)

TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE NÍVEIS SUPERIOR

E INTERMEDIÁRIO DO GRUPO INFORMAÇÕES

a) Vencimento básico do cargo de nível superior de Instrutor de Informações do Grupo Informações

Em R\$

VENCIMENTO BÁSICO

CLASSE

PADRÃO

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE

1º de abril de 2008

1º de outubro de 2008

1º de julho de 2010

1º de abril de 2011

III

4.459,81

5.181,88

6.054,04

6.787,36

ESPECIAL

II

4.393,90

5.105,30

5.964,57

6.667,35

I

4.328,97

5.029,85

5.876,43

6.549,45

VI

4.202,88

4.883,36

5.705,27

6.358,70

V

4.140,77

4.811,19

5.620,96

6.246,26

PRIMEIRA

IV

4.079,58

4.740,09

5.537,89

6.135,82

III

4.019,28

4.670,03

5.456,05

6.027,33

II

3.959,89

4.601,02

5.375,42

5.920,75

I

3.901,37

4.533,03

5.295,98

5.816,07

VI

3.787,73

4.400,99

5.141,73

5.646,67

V

3.731,76

4.335,95

5.065,75

5.546,83

SEGUNDA

IV

3.676,61

4.271,87

4.990,88

5.448,75

III

3.622,28

4.208,74

4.917,13

5.352,40

II

3.568,75

4.146,55

4.844,46

5.257,77

I

3.516,01

4.085,27

4.772,87

5.164,80

V

3.413,59

3.966,28

4.633,86

5.014,37

IV

3.363,15

3.907,66

4.565,38

4.925,71

TERCEIRA

III

3.313,45

3.849,92

4.497,91

4.838,61

II

3.264,48

3.793,02

4.431,44

4.753,06

I

3.216,24

3.736,97

4.365,95

4.669,02

b) Vencimento básico dos demais cargos de nível superior do Grupo Informações

Em R\$

VENCIMENTO BÁSICO

CLASSE

PADRÃO

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE

1º de abril de 2008

1º de outubro de 2008

1º de julho de 2010

1º de abril de 2011

III

3.748,43

4.377,42

5.422,00

6.336,77

ESPECIAL

II

3.705,06

4.326,77

5.341,87

6.218,62

I

3.683,27

4.301,32

5.262,93

6.102,67

VI

3.515,42

4.105,31

5.109,64

5.924,92

V

3.474,78

4.057,85

5.034,13

5.814,44

PRIMEIRA

IV

3.434,63

4.010,96

4.959,73

5.706,03

III

3.394,94

3.964,61

4.886,43

5.599,64

II

3.355,71

3.918,80

4.814,22

5.495,23

I

3.316,96

3.873,55

4.743,08

5.392,76

VI

3.147,44

3.675,58

4.604,93

5.235,69

V

3.111,13

3.633,18

4.536,87

5.138,07

SEGUNDA

IV

3.075,25

3.591,28

4.469,83

5.042,27

III

3.039,78

3.549,86

4.403,77

4.948,25

II

3.004,74

3.508,94

4.338,69

4.855,99

I

2.970,11

3.468,49

4.274,57

4.765,44

V

2.818,57

3.291,53

4.150,07

4.626,64

IV

2.786,13

3.253,64

4.088,74

4.540,38

TERCEIRA

III

2.754,07

3.216,20

4.028,31

4.455,72

II

2.722,39

3.179,21

3.968,78

4.372,64

I

2.691,08

3.142,64

3.910,13

4.291,11

c) Vencimento básico do cargo de nível intermediário de Monitor de Informações do Grupo Informações

Em R\$

VENCIMENTO BÁSICO

CLASSE

PADRÃO

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE

1º de abril de 2008

1º de julho de 2010

1º de abril de 2011

III

2.428,57

2.837,47

3.316,41

ESPECIAL

II

2.420,36

2.809,37

3.260,97

I

2.411,95

2.781,56

3.206,46

VI

2.380,37

2.740,45

3.143,59

V

2.372,54

2.713,32

3.091,04

PRIMEIRA

IV

2.365,25

2.686,45

3.039,37

III

2.357,39

2.659,85

2.988,57

II

2.349,15

2.633,52

2.938,61

I

2.341,31

2.607,44

2.889,49

VI

2.312,15

2.568,91

2.832,83

V

2.304,84

2.543,48

2.785,48

SEGUNDA

IV

2.297,89

2.518,29

2.738,92

III

2.290,39

2.493,36

2.693,14

II

2.283,42

2.468,67

2.648,12

I

2.275,88

2.444,23

2.603,85

V

2.249,51

2.408,11

2.552,80

IV

2.242,27

2.384,27

2.510,12

TERCEIRA

III

2.235,41

2.360,66

2.468,17

II

2.228,93

2.337,29

2.426,91

I

2.221,91

2.314,14

2.386,34

d) Vencimento básico dos demais cargos de nível intermediário do Grupo Informações

Em R\$

VENCIMENTO BÁSICO

CLASSE

PADRÃO

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE

1º de abril de 2008

1º de julho de 2010

1º de abril de 2011

III

2.148,00

2.487,81

2.860,99

ESPECIAL

II

2.143,46

2.475,44

2.832,66

I

2.139,18

2.463,12

2.804,61

VI

2.126,42

2.438,73

2.763,17

V

2.122,18

2.426,60

2.735,81

PRIMEIRA

IV

2.117,94

2.414,53

2.708,72

III

2.113,71

2.402,52

2.681,90

II

2.109,49

2.390,56

2.655,35

I

2.105,28

2.378,67

2.629,06

VI

2.092,72

2.355,12

2.590,20

V

2.088,54

2.343,40

2.564,56

SEGUNDA

IV

2.084,37

2.331,74

2.539,17

III

2.080,21

2.320,14

2.514,03

II

2.076,06

2.308,60

2.489,14

I

2.071,92

2.297,11

2.464,49

V

2.059,56

2.274,37

2.428,07

IV

2.055,45

2.263,05

2.404,03

TERCEIRA

III

2.051,35

2.251,80

2.380,23

II

2.047,26

2.240,59

2.356,66

I

2.043,17

2.229,44

2.333,33

ANEXO IV (Redação dada pela Lei nº 12.277, de 2010)

TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO

DOS CARGOS DO GRUPO APOIO DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA ABIN

a) Cargos de nível superior

Em R\$

VENCIMENTO BÁSICO

CLASSE

PADRÃO

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE

1º de abril de 2008

1º de julho de 2010

1º de abril de 2011

III

3.748,70

4.324,00

5.053,93

ESPECIAL

II

3.705,43

4.260,10

4.979,24

I

3.683,64

4.197,14

4.905,66

VI

3.515,77

4.074,89

4.762,77

V

3.475,13

4.014,67

4.692,39

C

IV

3.434,97

3.955,34

4.623,04

III

3.395,28

3.896,89

4.554,72

II

3.356,05

3.839,30

4.487,41

I

3.317,29

3.782,56

4.421,09

VI

3.147,75

3.672,39

4.292,33

V

3.111,44

3.618,12

4.228,89

B

IV

3.075,56

3.564,65

4.166,40

III

3.040,08

3.511,97

4.104,82

II

3.005,04

3.460,07

4.044,16

I

2.970,41

3.408,94

3.984,40

V

2.818,85

3.309,65

3.868,34

IV

2.786,41

3.260,73

3.811,18

A

III

2.754,35

3.212,55

3.754,85

II

2.722,66

3.165,07

3.699,36

I

2.691,35

3.118,30

3.644,69

b) Cargos de nível intermediário

Em R\$

VENCIMENTO BÁSICO

CLASSE

PADRÃO

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE

1º de abril de 2008

1º de julho de 2010

1º de abril de 2011

III

2.148,00

2.574,00

3.008,34

ESPECIAL

II

2.143,46

2.553,57

2.984,47

I

2.139,18

2.533,30

2.960,78

VI

2.126,42

2.495,87

2.917,02

V

2.122,18

2.476,06

2.893,87

C

IV

2.117,94

2.456,41

2.870,91

III

2.113,71

2.436,91

2.848,12

II

2.109,49

2.417,57

2.825,52

I

2.105,28

2.398,38

2.803,09

VI

2.092,72

2.362,94

2.761,67

V

2.088,54

2.344,19

2.739,75

B

IV

2.084,37

2.325,58

2.718,01

III

2.080,21

2.307,13

2.696,43

II

2.076,06

2.288,81

2.675,03

I

2.071,92

2.270,65

2.653,80

V

2.059,56

2.237,09

2.614,58

IV

2.055,45

2.219,34

2.593,83

A

III

2.051,35

2.201,72

2.573,25

II

2.047,26

2.184,25

2.552,83

I

2.043,17

2.166,92

2.532,57

c) Cargos de nível auxiliar

Em R\$

VENCIMENTO BÁSICO

CLASSE

PADRÃO

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE

1º de abril de 2008

1º de julho de 2010

1º de abril de 2011

III

1.660,84

1.743,00

1.830,15

ESPECIAL

II

1.657,64

1.740,52

1.827,55

I

1.654,45

1.737,17

1.824,03

ANEXO V (Redação dada pela Lei nº 12.277, de 2010)

TABELA DE VALORES DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE

ATIVIDADES DE INFORMAÇÕES E INTELIGÊNCIA - GDAIN

a) Valor do ponto da GDAIN para o cargo de nível superior de Instrutor de Informações do Grupo
Informações

Em R\$

VALOR DO PONTO DA GDAIN

CLASSE

PADRÃO

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE

1º de abril de 2008

1º de outubro de 2008

1º de julho de 2010

1º de abril de 2011

III

47,80

69,36

83,56

97,67

ESPECIAL

II

47,24

68,55

82,16

96,32

I

46,97

68,15

80,79

94,99

VI

44,83

65,05

77,68

91,59

V

44,31

64,29

76,38

90,32

PRIMEIRA

IV

43,80

63,55

75,11

89,07

III

43,29

62,82

73,85

87,84

II

42,79

62,09

72,62

86,63

I

42,30

61,37

71,40

85,44

VI

40,13

58,24

68,66

82,37

V

39,67

57,57

67,51

81,23

SEGUNDA

IV

39,21

56,90

66,38

80,11

III

38,76

56,24

65,27

79,01

II

38,31

55,60

64,18

77,92

I

37,87

54,96

63,11

76,84

V

35,94

52,15

60,68

74,08

IV

35,53

51,55

59,67

73,06

TERCEIRA

III

35,12

50,96

58,67

72,05

II

34,71

50,37

57,69

71,06

I

34,31

49,79

56,72

70,08

b) Valor do ponto da GDAIN para os demais cargos de nível superior do Grupo Informações

Em R\$

VALOR DO PONTO DA GDAIN

CLASSE

PADRÃO

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE

1º de abril de 2008

1º de outubro de 2008

1º de julho de 2010

1º de abril de 2011

III

47,80

69,36

78,02

91,19

ESPECIAL

II

47,24

68,55

76,87

89,84

I

46,97

68,15

75,73

88,51

VI

44,83

65,05

73,31

85,68

V

44,31

64,29

72,23

84,42

PRIMEIRA

IV

43,80

63,55

71,16

83,17

III

43,29

62,82

70,11

81,94

II

42,79

62,09

69,07

80,73

I

42,30

61,37

68,05

79,54

VI

40,13

58,24

65,88

77,00

V

39,67

57,57

64,90

75,86

SEGUNDA

IV

39,21

56,90

63,95

74,74

III

38,76

56,24

63,00

73,63

II

38,31

55,60

62,07

72,55

I

37,87

54,96

61,15

71,47

V

35,94

52,15

59,20

69,19

IV

35,53

51,55

58,32

68,17

TERCEIRA

III

35,12

50,96

57,46

67,16

II

34,71

50,37

56,61

66,17

I

34,31

49,79

55,78

65,19

c) Valor do ponto da GDAIN de nível intermediário de Monitor de Informações do Grupo Informações

Em R\$

VALOR DO PONTO DA GDAIN

CLASSE

PADRÃO

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE

1º de abril de 2008

1º de outubro de 2008

1º de julho de 2010

1º de abril de 2011

III

16,593

30,436

35,59

41,60

ESPECIAL

II

16,071

29,705

34,55

40,23

I

15,560

28,995

33,55

38,91

VI

14,720

27,655

31,65

36,43

V

14,229

26,978

30,73

35,23

PRIMEIRA

IV

13,741

26,304

29,83

34,08

III

13,267

25,645

28,96

32,95

II

12,805

25,000

28,12

31,87

I

12,347

24,358

27,30

30,82

VI

11,597

23,162

25,75

28,86

V

11,157

22,552

25,00

27,91

SEGUNDA

IV

10,721

21,955

24,28

26,99

III

10,298

21,362

23,57

26,11

II

9,877

20,782

22,88

25,25

I

9,469

20,206

22,22

24,42

V

8,794

19,139

20,96

22,86

IV

8,404

18,593

20,35

22,11

TERCEIRA

III

8,017

18,050

19,76

21,38

II

7,633

17,530

19,18

20,68

I

7,261

17,004

18,62

20,00

d) Valor do ponto da GDAIN para os demais cargos de nível intermediário do Grupo Informações

Em R\$

VALOR DO PONTO DA GDAIN

CLASSE

PADRÃO

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE

1º de abril de 2008

1º de outubro de 2008

1º de julho de 2010

1º de abril de 2011

III

16,593

30,436

35,68

41,84

ESPECIAL

II

16,071

29,705

34,47

40,24

I

15,560

28,995

33,31

38,69

VI

14,720

27,655

31,27

35,99

V

14,229

26,978

30,22

34,60

PRIMEIRA

IV

13,741

26,304

29,20

33,27

III

13,267

25,645

28,21

31,99

II

12,805

25,000

27,25

30,76

I

12,347

24,358

26,33

29,58

VI

11,597

23,162

24,73

27,52

V

11,157

22,552

23,89

26,46

SEGUNDA

IV

10,721

21,955

23,08

25,44

III

10,298

21,362

22,30

24,46

II

9,877

20,782

21,55

23,52

I

9,469

20,206

20,82

22,62

V

8,794

19,139

19,55

21,04

IV

8,404

18,593

18,89

20,23

TERCEIRA

III

8,017

18,050

18,25

19,45

II

7,633

17,530

17,63

18,70

I

7,261

17,004

17,03

17,98

ANEXO VI (Redação dada pela Lei nº 12.277, de 2010)

TABELA DE VALOR DOS PONTOS DA GRATIFICAÇÃO

DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES NA ABIN - GDACABIN

a) Valor do ponto da GDACABIN para os cargos de nível superior do Grupo Apoio

Em R\$

VALOR DO PONTO DA GDACABIN

CLASSE

PADRÃO

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE

1º de abril de 2008

1º de outubro de 2008

1º de julho de 2010

1º de abril de 2011

III

15,44

23,16

27,64

32,31

ESPECIAL

II

14,85

22,27

26,73

31,22

I

14,13

21,20

25,85

30,16

VI

14,04

21,06

24,39

28,32

V

13,49

20,24

23,59

27,36

PRIMEIRA

IV

12,96

19,44

22,81

26,44

III

12,44

18,66

22,06

25,55

II

11,93

17,90

21,34

24,68

I

11,56

17,34

20,63

23,85

VI

11,52

17,28

19,47

22,39

V

11,06

16,59

18,83

21,63

SEGUNDA

IV

10,61

15,91

18,21

20,90

III

10,16

15,24

17,61

20,20

II

9,73

14,60

17,03

19,51

I

9,45

14,18

16,47

18,85

V

9,41

14,12

15,54

17,70

IV

9,02

13,53

15,03

17,10

TERCEIRA

III

8,63

12,95

14,53

16,53

II

8,26

12,39

14,05

15,97

I

7,89

11,84

13,59

15,43

b) Valor dos pontos da GDACABIN para os cargos de nível intermediário do Grupo Apoio

Em R\$

VALOR DO PONTO DA GDACABIN

CLASSE

PADRÃO

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE

1º de abril de 2008

1º de outubro de 2008

1º de julho de 2010

1º de abril de 2011

III

9,75

14,62

16,46

19,23

ESPECIAL

II

9,61

14,41

16,15

18,58

I

9,47

14,20

15,85

17,95

VI

9,23

13,85

15,32

16,70

V

9,10

13,65

15,03

16,14

PRIMEIRA

IV

8,97

13,45

14,75

15,59

III

8,83

13,25

14,47

15,06

II

8,70

13,05

14,21

14,55

I

8,57

12,86

13,94

14,06

VI

8,37

12,55

13,47

13,08

V

8,24

12,36

13,22

12,64

SEGUNDA

IV

8,12

12,18

12,97

12,21

III

8,00

12,00

12,73

11,80

II

7,88

11,82

12,49

11,40

I

7,77

11,65

12,26

11,01

V

7,58

11,37

11,84

10,25

IV

7,47

11,20

11,62

9,90

TERCEIRA

III

7,35

11,03

11,41

9,56

II

7,25

10,87

11,19

9,24

I

7,14

10,71

10,99

8,93

c) Valor dos pontos da GDACABIN para os cargos de nível auxiliar do Grupo Apoio

Em R\$

VALOR DO PONTO DA GDACABIN

CLASSE

PADRÃO

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE

1º de abril de 2008

1º de outubro de 2008

1º de julho de 2010

1º de abril de 2011

III

3,65

5,48

5,75

6,04

ESPECIAL

II

3,62

5,43

5,80

6,09

I

3,59

5,38

5,65

5,93

ANEXO VII

~~TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA ABIN~~

a) Cargos de Analista de Informações e Assistente de Informações do Grupo Informações do Plano Especial de Cargos da ABIN

Situação Anterior

Carreiras de Inteligência

Cargo

Classe

Padrão

Padrão

Classe

Cargo

III

III

Especial

II

II

Especial

I

I

Cargos de nível superior

VI

VI

De Analista de

V

V

Cargos de nível superior

Informações do Quadro

C

IV

IV

Primeira

de Oficial de

de Pessoal da Agência

III

III

Inteligência do Plano

Brasileira de Inteligência

II

II

de carreiras e Cargos

- ABIN

I

I

da ABIN

VI

VI

Cargos de Nível

V

V

Intermediário de

B

IV

IV

Segunda

Cargos de nível

Assistente de

III

III

intermediário de Agente

Informações do Quadro

II

II

de Inteligência do Plano

de Pessoal da Agência

I

I

de Carreiras e Cargos

Brasileira de

V

V

da ABIN

Inteligência - ABIN

IV

IV

A

III

III

Terceira

II

II

I

I

TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA ABIN

a) Cargos de Analista de Informações, de Instrutor de Informações e de Assistente de Informações do Grupo Informações do Plano Especial de Cargos da Abin

Situação Anterior

Carreiras de Inteligência

Cargo

Classe

Padrão

Padrão

Classe

Cargo

III

III

Especial

II

II

Especial

Cargos de nível superior de

I

I

Analista de Informações e

VI

VI

Cargos de nível superior de
de Instrutor de Informações do

V

V

Oficial de Inteligência do

Quadro de Pessoal

C

IV

IV

Primeira

Plano de Carreiras e

da Agência Brasileira de

III

III

Cargos da Abin

Inteligência - Abin

II

II

I

I

VI

VI

Cargos de Nível Intermediário

V

V

Cargos de nível intermediário

de Assistente de Informações

B

IV

IV

Segunda

de Agente de Inteligência do

do Quadro de Pessoal

III

III

Plano de Carreiras

da Agência Brasileira

II

II

e Cargos da Abin

de Inteligência - Abin

I

I

V

V

IV

IV

A

III

III

Terceira

II

II

I

I

b) Demais cargos de Nível Superior e Intermediário do Grupo Informações do Plano Especial de Cargos da ABIN

Situação Anterior

Carreiras de Inteligência

Cargo

Classe

Padrão

Padrão

Classe

Cargo

III

III

Especial

II

II

Especial

I

I

Cargos de nível superior

VI

VI

e intermediário do

V

V

Cargos de níveis superior

Grupo

C

IV

IV

Primeira

e intermediário do Grupo

Informações do Quadro

III

III

Informações do Plano

de Pessoal da Agência

II

II

de Carreiras e Cargos

Brasileira de Inteligência

I

I

da ABIN

- ABIN

VI

VI

(art. 2º, I, da Lei nº

V

V

10.862, de 20 de abril de

B

IV

IV

Segunda

2004)

III

III

II

II

I

I

V

V

IV

IV

A

III

III

Terceira

II

II

I

I

c) Cargos de nível superior e intermediário do Grupo Apoio do Plano Especial de Cargos da ABIN

Situação Anterior

Carreiras de Inteligência

Cargo

Classe

Padrão

Padrão

Classe

Cargo

III

III

Especial

II

II

Especial

I

I

Cargos de níveis superior

VI

VI

e intermediário do

V

V

Grupo Apoio

C

IV

IV

Primeira

Cargos de níveis superior

do Quadro

III

III

e intermediário do Grupo

de Pessoal da Agência

II

II

Apoio do Plano

Brasileira de Inteligência

I

I

de Carreiras e Cargos

- ABIN

VI

VI

da ABIN

(art. 2º, II, da Lei nº

V

V

10.862, de 20 de abril de

B

IV

IV

Segunda

2004)

III

III

II

II

I

I

V

V

IV

IV

A

III

III

Terceira

II

II

I

I

d) Cargos de nível auxiliar do Grupo Apoio do Plano Especial de Cargos da ABIN

SITUAÇÃO ATUAL

SITUAÇÃO NOVA

Cargo

Classe

Padrão

Padrão

Classe

Cargo

III

III

Especial

II

II

I

VI

Cargos de

V

provimento efetivo

C

IV

Cargos de

de nível auxiliar do

III

provimento efetivo

do Grupo Apoio

II

de nível auxiliar

do Quadro de Pessoal da

I

Especial

do Grupo Apoio

ABIN

VI

do Plano de Carreiras

(art. 2º, II, da Lei nº

V

I

e Cargos

10.862, de 20 de abril de

B

IV

da ABIN

2004)

III

II

I

V

IV

A

III

II

I